

ANUÁRIO 2020



SEGUNDA PARTE GÊNERO E SEXUALIDADE ANTIRRACISMO

Diante do fracasso das outras concepções de socialismo, o anarquismo pode, hoje, diante da história, reivindicar seu direito de desenvolver seu modelo na sociedade. É claro que isso só pode ser feito dentro da história, mas não do poder vigente, que deve ser derrotado, já que ele não cairá por conta própria. Em nossa concepção, esse poder deve ser combatido a sangue e fogo.

Juan Carlos Mechoso, Federação Anarquista Uruguaia (fAu)

2020 foi um ano de muita luta, mas ainda mais desafiador. A pandemia da Covid-19 atingiu em cheio nosso povo país afora, e impactou profundamente a realidade de todas e todos, em especial os de baixo, as pessoas na base da pirâmide social. O ano se encerra com quase 200 mil pessoas mortas pela doença (sabemos que os números reais são ainda mais altos), além de milhões afetadas pelo desemprego, pelo aumento da pobreza e da fome, e pelas diversas formas de violência do Estado.

Como militantes revolucionários anarquistas, não estivemos alheios a tudo isso, e desde o início nos mobilizamos nos locais de trabalho, estudo e moradia, nas quebradas das cidades lutando por Vida Digna, em mutirões de solidariedade, em manifestações exigindo políticas públicas ou denunciando a violência policial, pelo direito ao isolamento com condições dignas, e também no enfrentamento à extrema-direita nas ruas.

Um pouco da nossa luta e de nossa postura política em 2020 estão nesta cartilha, que resgata as notas da CAB divulgadas durante o ano. São mais de 50 textos que representam tanto posições imediatas frente à conjuntura, como o amadurecimento de reflexões

teóricas e políticas que fazemos há alguns anos. **Questões sobre a luta sindical, o antirracismo, o feminismo e as pautas LGBTQI+, a questão agrária e a resistência indígena, entre outras, estão materializadas nesse compilado de um ano de lutas.** Os textos também mostram o avanço de nosso internacionalismo, por meio da Coordenação Anarquista Latino-Americana, e por uma rede internacional de organizações anarquistas, localizadas nos 5 continentes.

São oito anos desde o congresso que fundou a Coordenação Anarquista Brasileira, e podemos dizer que, apesar das dificuldades, seguimos na reconstrução do anarquismo militante no país, fortalecendo as lutas do nosso povo, ao mesmo tempo em que trabalhamos na coordenação dos trabalhos entre as organizações e as frentes de luta. Com humildade e passos de acordo com nossas pernas, caminhamos ombro a ombro com as classes oprimidas na destruição desse sistema e na construção de uma nova sociedade!

Boa leitura!

8 anos de fundação

Coordenação Anarquista Brasileira

Nos dias 08, 09 e 10 de Junho de 2012 realizávamos o congresso fundacional da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Após anos de articulação entre grupos e organizações anarquistas no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), **decidimos que era o momento de avançar no nosso projeto de construção de uma Organização Anarquista Especifista em todo o território brasileiro.**



cabanarquista.org



A coordenação entre Organizações de diferentes regiões do país, **construindo unidade ideológica, teórica e estratégica**, foi o ponto de chegada e ao mesmo tempo de partida que encontramos para continuar nessa empreitada nada fácil que é a de enraizar o anarquismo enquanto ferramenta de luta e organização no meio da nossa gente, das classes oprimidas.

Coordenar nossa inserção a nível nacional em diferentes

frentes e lutas sociais, desenvolver nossa propaganda e luta ideológica, manter em dia uma leitura coletiva sobre as conjunturas e as correlações de forças para melhor nos posicionarmos enquanto minoria ativa e motor das lutas e organização do nosso povo. São alguns dos desafios a que nos propomos desde então.

Há muito chão para caminhar e muita coisa pra fazer.

E caminhamos convictos que só a auto-organização e autonomia das classes oprimidas pode criar um povo forte que destrua o sistema capitalista e construa novas relações e maneiras de organizar o funcionamento da sociedade.

CAB | 8 ANOS DE ANARQUISMO ESPECIFISTA! LUTAR, CRIAR! PODER POPULAR!

Leia os documentos aprovados em nosso Congresso de fundação e conheça um pouco mais sobre nossa Coordenação:

<http://cabanarquista.org/2014/05/15/congresso-da-cab-brasi>

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/06/13/08-anos-de-cab/>

GÊNERO E SEXUALIDADE

- Mulher é resistência na luta por vida digna!;
- Nossa concepção de feminismo na perspectiva do anarquismo organizado;
- Pelas nossas monas, manas, minas e manos: por uma revolução diária contra a LGBTQIAfobia;

- [Internacional] As mulheres e o isolamento social pelo mundo;
- Mês da Visibilidade Lésbica - lésbicas anarquistas na luta por vida digna;
- O pano rasga: Nota das mulheres da CAB sobre o caso Mari Ferrer.



ANTIRRACISMO

- Durante a pandemia do coronavírus, segue o terrorismo de Estado nas favelas;
- 20 de junho: 7 anos da prisão de Rafael Braga;
- Lutar contra o racismo e por vida digna;
- Os povos se levantam contra o racismo e a discriminação;
- O genocídio do povo negro na pandemia;
- Nota sobre a Luta Antirracista.

MULHER É RESISTÊNCIA NA LUTA POR VIDA DIGNA!



Entra ano, sai ano, e as condições das mulheres seguem ao descaso pelos de cima. No contexto atual, com um governo federal de extrema-direita, que destila ódio pelas “minorias históricas” e leva a cabo medidas de miséria, absurdos conservadores, perseguições e sucateamento da máquina pública, não nos faltam motivos pra seguir lutando e construindo a dignidade de nossa gente, pela esquerda e desde baixo. O Brasil é um país com dimensões continentais, que sofre ataques da mais suja corja da política institucional por todo o território, além de estar sujeito aos dissabores e desmandos de um judiciário racista, misógino, elitista e meritocrata.

A América Latina é a região mais desi-

gual do planeta¹, consequência direta de nosso passado colonial, em que a desigualdade tem gênero e raça. O projeto imperial baseado na escravização de populações indígenas e negras, no modelo colonial de família, do homem branco heterossexual, formata o sistema no qual tudo passa a ser uma moeda econômica. A exploração econômica baseada na distribuição desigual da terra, no saque e na devastação de recursos naturais, na urbanização desordenada, num sistema desigual de arrecadação de impostos (que tributa o consumo e não a renda ou propriedade) e que muito pouco reverte em serviços para as populações, são fatores que estruturam a desigualdade do nosso povo.

“[...] vimos a revolta popular acontecer no último período e sabemos que o que leva o povo pra rua é o alto custo de viver, [...].”

Em nosso continente, os 10% mais ricos concentram uma parcela maior da renda e os 40% mais pobres recebem a menor fatia do que em qualquer outra região do mundo. A consequência é uma diferença profunda nos índices de expectativa e qualidade de vida e no acesso aos direitos mais básicos como educação, saúde, moradia, emprego e recursos.

Como reação, por toda a nossa América Latina, vimos a revolta popular acontecer no último período e sabemos que o que leva o povo pra rua é o alto custo de viver, a vida cara e violenta para quem mais luta e batalha todos os dias. É a insegurança no trabalho, a privatização dos bens comuns, a falta de moradia, saúde e educação, é o preço de se alimentar bem, do transporte coletivo, a violência desmedida aplicada pelo Estado contra quem vai às ruas para se manifestar; é a luta pela recuperação e demarcação de territórios ancestrais. Pelas ruas do Haiti, Equador, Chile se viu a mobilização de um povo forte e diverso, em que os movimentos de mulheres, assembleias populares e povos originários organizados tiveram o protagonismo das reivindicações da classe oprimida.

MULHER É RESISTÊNCIA NA LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Dados recentes do IBGE² apontam que, apesar de representar 52,4% da população em idade de trabalhar, o grupo feminino responde por mais da metade do nível de desocupação. No recorte por idade, gênero e cor, jovens mulheres negras são as mais prejudicadas pelo desemprego. Essas taxas foram observadas em todas as grandes regiões. As populações negras apresentam dados de que, ainda que busquem mais por emprego (algumas chegam a esperar dois anos nas filas de vagas), têm percentual de desocupação superior à população branca em aproximadamente dois terços. As recentes Reformas Trabalhista, da Previdência e Carteira Verde Amarela, que dificultam o acesso a possibilidades de trabalho e nos condenam a trabalhar até morrer, são medidas antipopulares de aprofundamento da política neoliberal, pois “facilitam” para

os empresários e retiram cada vez mais direitos do povo que busca uma forma de sustento. Esses pontos tratam apenas do trabalho formal e são um sinal de que nem a informalidade está dando conta de absorver as pessoas que perdem o trabalho, quando a precarização é forte – dentro da categoria de desemprego, existem até as pessoas que não se julgam aptas a trabalhar e por isso desistem de procurar emprego, fazendo o que podem para sobreviver. Nós mulheres também somos maioria em empregos informais³, terceirizados, mal remunerados e com escassa proteção dos direitos. Somos milhões de diaristas, manicures, ambulantes, motoristas de aplicativo, entregadoras, faxineiras. Com longas jornadas de trabalho, duplas e triplas jornadas e nenhuma proteção social. Sem contar o avanço conservador, que planta a semente do ódio de gênero nas mentalidades empreendedoras e difunde que “não vale a pena contratar mulheres, pois elas engravidam e têm que tirar licença maternidade remunerada”. Em resumo: a mulher tem que ser dona de casa, tem que ter filhos e ficar em casa cuidando para que o marido possa trabalhar e prover a casa – a fotografia de uma família “de bem”.



MULHER É RESISTÊNCIA NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA

Em 2019, o IPEA publicou o Atlas da Violência⁴, que traz dados sobre o aumento de casos de feminicídio nos estados brasileiros. Como se não fosse o suficiente, também há dados de que 60% das mulheres que vivem com seus companheiros sofrem violência doméstica, sendo 10% com casos de violência agravada. Ser mulher é ter que resistir até dentro de casa, quando o Estado legitima como crimes passionais assassinatos que não têm nada além de ódio de gênero.

Além da violência que sofremos dentro de casa, também enfrentamos a violência organizada de Estado que nos atinge seja pela ausência de serviços públicos de qualidade, seja pela mão armada de forças treinadas da PM e do Exército. Aqui fazemos memória ao assassinato de Marielle Franco, mais uma ação orquestrada entre tantas para dizimar o povo negro e pobre e para enviar um recado a todas e todos que se colocam contra o massacre desenfreado promovido nas periferias.

Se, por um lado, sofremos e vemos nossas conhecidas, amigas, irmãs, mães, filhas e vizinhas sendo submetidas a violências físicas, psicológicas e políticas cotidianamente, temos que ressaltar também o crescimento da solidariedade, dos olhares mais atenciosos a nós mesmas, que se reproduzem cada vez mais nas escolas, comunidades, universidades e sindicatos. União por meio de

assembleias, espaços para denúncias, acolhimento e autocuidado, grupos que se preocupam com as necessidades básicas do lar das mulheres de baixo.

Rechaçamos os discursos tradicionais e conservadores dos poderosos e da mídia manipuladora de padrões que buscam proteger os valores familiares tradicionais, reforçando o modelo patriarcal!

MULHER É RESISTÊNCIA NA LUTA PELO ACESSO À SAÚDE

Os cuidados com a saúde também costumam ser relegados às mulheres, que cuidam de si e de familiares e dependentes. Começando pela alimentação, que é a chave da boa saúde, passando pelos cuidados com a higiene diária e, nos casos extremos, chegando aos cuidados de pessoas acamadas e que necessitam de gestão da medicação e repouso, lá estão as mulheres da comunidade, batalhando pela integridade da vida.

Os planos de saúde no Brasil e na América Latina são considerados artigos de luxo para quem pode pagar. Gastos básicos de manutenção de um plano podem chegar a 46% da renda de uma família⁵, sem contar o gasto com medicamentos. O Sistema Único de Saúde – modelo exclusivo no Brasil – é a mão estendida para quem não tem como arcar com a saúde privada. Ainda que sofrendo ataques de desmonte cada vez mais, como fechamento de postos, demissão de funcionários/as, cortes na compra de materiais e medicamentos, atrasos nos salários, o SUS é a forma que o povo tem

para acessar a saúde e o bem-estar.

No Chile, sonho econômico dos poderosos do andar de cima, a saúde é privada, caríssima e... precária! Os postos estão sempre cheios, os quadros não melhoram e os pacientes ainda têm que pagar pelo serviço prestado. Afundam-se em dívidas impagáveis, sendo que muitos/as idosos/as, já cansados de trabalhar e sem esperança de seguir vivendo de maneira digna, cometem suicídio⁶.

A vida cara para o povo brasileiro afeta ainda mais as mulheres negras e periféricas, que resistem também ao racismo institucional e às políticas de branqueamento – desde os direitos reprodutivos até tratamentos especializados. E por falar em direitos reprodutivos, o caráter nefasto do governo atual sugere explicitamente a esterilização forçada em massa de mulheres negras ou em situação de rua, com a alegação absurda de que “a esterilização de pobres e miseráveis é um recurso necessário para o combater miséria e crime”⁷ e⁸. Ou seja, essa é a política pública defendida para as mulheres de baixo, ao invés de saúde e educação. Do outro lado, o puritanismo conservador do Estado faz questão de retirar a autonomia dos corpos femininos, dificultando a implementação do aborto seguro, minando ideologicamente a possibilidade do debate⁹ por meio de argumentos falaciosos e de viés religioso¹⁰.

MULHER É RESISTÊNCIA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO

O acesso à educação e a uma formação de qualidade ainda é uma realidade distante para muitas mulheres. A educação sexual e de gênero, que levamos como pauta nas lutas, foi retirada do PNE (Plano Nacional de Educação), assim como da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Enquanto isso, pelo menos 184 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registrados entre 2011 e 2017, de acordo com boletim epidemiológico do Ministério da Saúde. Ainda, no último dado do Ministério da Saúde, consta que 72% das pessoas que sofrem violência sexual são menores, sendo que 18% são menores de 5 anos. Nós, mulheres latinoamericanas que nos levantamos pelo direito de decidir sobre nossos corpos, gritamos **"educação sexual para decidir, anticonceptivos para não abortar, aborto legal e seguro para não morrer"**.

Não nos restringimos somente ao aborto quando falamos em educação sexual e de gênero, mas também sobre proteção, saúde, autocuidado e cuidado com o outro. Além disso, entendemos também que a discussão é uma ferramenta para que nós, meninas e mulheres, possamos identificar as diversas violências que sofremos ao longo de nossas vidas, assim como as desigualdades que nos atravessam. Como se não bastassem esses ataques, o que o governo propõe como "educação sexual" é uma

campanha ridícula e fundamentalista pautada na abstinência sexual.

Sobre os últimos números da taxa de escolaridade, muitos setores liberais e progressistas comemoraram o aumento da escolaridade de nós mulheres em relação aos homens. Todavia, ainda temos jornadas duplas e até triplas, fator que se agrava mais em relação às mulheres negras. Mesmo assim, nos instruindo por conta própria e com outras companheiras, enfrentando casos de assédio nos locais em que estamos, resistimos e avançamos.

As mulheres também são resistência na Educação Básica brasileira. Com mais de 2,2 milhões de profissionais pelo Brasil, 80% da rede é constituído por mulheres (dados do Censo Escolar da Rede Básica, INEP). As mulheres são a maioria na categoria de professoras, assim como também são a maioria de trabalhadoras da limpeza e merenda escolar. Nesse sentido, são essas mulheres que têm enfrentado diretamente a precarização e os ataques à Educação pública no país, que têm feito luta todo dia nas escolas das periferias, do campo e da cidade. Não podemos deixar de mencionar que, significativamente, a Educação Básica realizou diversas greves no decorrer de 2019; destacadamente, Mato Grosso e Rio Grande do Sul vivenciaram greves intensas de mais de 60 dias, com corte de salários, ameaças e perseguições. As mulheres, como maioria nessas categorias, estavam nas linhas de frente dos enfrentamentos, protagonizando as greves e defendendo a Educação

Básica pública como direito. **SOMOS RESISTÊNCIA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO.** Desde o movimento secundarista, nas universidades, nas escolas, nos movimentos de mulheres da floresta e do campo, lutamos por uma educação que seja autônoma, de qualidade, gratuita e libertadora.

MULHER É RESISTÊNCIA PARA ACABAR COM A FARRA DOS RICOS E A SANHA AUTORITÁRIA

Setores reformistas muito têm falado sobre o “voto feminista”. Mas ***nós, mulheres anarquistas, que nunca tivemos ilusões no parlamento burguês, rechaçamos esse caminho.*** Supor que novos “representantes” eleitos, mesmo que sejam mulheres feministas, podem promover justiça social é ingenuidade ou jogo de poder de quem opera na arena da política institucional, reformista e eleitoral. Nenhum avanço é feito se não pela pressão popular, pelo grito e pela luta das e dos de baixo. Ninguém sabe o que é melhor para nós do que nós mesmas. Os mesmos tiranos de sempre nos oprimem e retiram direitos. Os governos não passam de fantoches do mercado que usam o Estado para nos matar e lucrar, garantindo os privilégios dos ricos. O horror do sistema capitalista cruel e assassino, que destroça corpos e populações inteiras para garantir a exploração e interesses dos poucos que detêm dinheiro e poder. Nós acreditamos que

“Só alcançamos vitórias se a mudança for feita dentro de um espírito de revolução social, sem conciliação, sem parlamentos, [...]”

todas e todos devem ter vez e voz de forma igualitária, o que não acontece quando há alguém no poder para decidir a partir de seus interesses. Acreditamos na igualdade e solidariedade entre nós mesmas.

A atual cena política está conturbada pelo confronto aberto entre Congresso e Governo, com contornos de “crise institucional”, com convocação em favor de um golpe autoritário e que conta com o apoio aberto de figuras proeminentes no governo, como o general Augusto Heleno e o próprio presidente Jair Bolsonaro. Se, por um lado, reconhecemos que a tática reformista de disputar o Estado não aponta para câmbios estruturais (ou seja, não está em jogo romper com as estruturas de dominação – econômica, racial e de gênero), por outro lado, não será com um aprofundamento da concentração do poder político nas mãos sanguinárias da milicada que as angústias do povo pobre serão solucionadas. Contra mais esse avanço conservador, que com certeza representará uma nova

escalada no cerceamento das liberdades públicas e individuais (ainda mais contra nós, mulheres) a saída é uma só: a radicalização da democracia, ultrapassando os limites do fajuto sistema representativo burguês. Assim como às mulheres cabe o direito de decidir sobre nossos corpos, é direito do povo definir diretamente qual será seu futuro.

Contra a sanha autoritária dos milicos e o saque dos ricos aos bens coletivos, construir uma frente das e dos oprimidos contra o modelo antipovo e de ajuste e repressão! Pelo direito popular de tomar decisões sem intermediários, pela anulação do sistema da dívida pública (que sequestra 50% do orçamento nacional para pagar o sistema financeiro), da reforma trabalhista (que cortou direitos da classe trabalhadora) da reforma da previdência (que liquida com aposentadoria da maioria e o seguro social que protege os vulneráveis), e contra todos os cortes de verbas e leis de arrocho sobre a saúde, a educação e programas sociais!

O fruto que produzimos é resultado da semente que plantamos. Só alcançaremos vitórias se a mudança for feita dentro de um espírito de revolução social, sem conciliação, sem parlamentos, trazendo uma transformação completa das condições de exploração que vivemos. O bolo dos ricos é feito do que nos roubam. É nossa tarefa nos mantermos firmes na luta e nos prepararmos para tomar o que nos pertence. Lutar contra a pobreza e o aumento do custo de vida para o povo brasileiro e pela distribuição igualitária das riquezas. Lançar mão do que for necessário para dividir esse bolo, pois violentos são os que nos exploram.

COM AUTORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA DIRETA, CONSTRUIR O CAMINHO PARA COBRAR ESSA DÍVIDA.

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/03/08/mulher-e-resistencia-na-luta-por-vida-digna/>

LUTAR E RESISTIR NAS RUAS!

8M NAS JORNADAS DE LUTA DAS MULHERES!

14M EM MEMÓRIA DE MARIELLE FRANÇO E CONTRA A REPRESSÃO E AS POLÍTICAS DE MORTE DO ESTADO!

18M NA LUTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO E PELA DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

**A DERRUBAR ESTADO, CAPITALISMO E PATRIARCADO!
MULHER É RESISTÊNCIA NA LUTA POR VIDA DIGNA!**

(1) <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596343-por-que-a-america-latina-e-a-regiao-mais-desigual-do-planeta>

(2) <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589573-a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-para-elas>

(3) <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/06/mulheres-tem-maiores-desocupacao-e-informalidade-e-menores-rendimentos-mostra-ibge.ghtml>

(4) http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

(5) <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:07dbda33-7413-442e-ba74-a50c3ca2eab5>

(6) <https://revistaforum.com.br/global/chile-capitalizacao-da-previdencia-faz-idosos-morrerem-trabalhando-e-suicidio-bater-recorde/>

(7) <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1941/679>

(8) <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>

(9) <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/06/29/o-poder-do-estado-sobre-os-direitos-reprodutivos-no-brasil.htm>

(10) <https://exame.abril.com.br/brasil/governo-bolsonaro-usa-fe-crista-como-eixo-de-politica-externa/>

Para visualizar e as citações, acesse a publicação original no site da CAB

Mulher é Resistência na **LUTA** por Vida Digna

Concepção de feminismo da CAB



NOSSA CONCEPÇÃO DE FEMINISMO NA PERSPECTIVA DO ANARQUISMO ORGANIZADO

Nós, mulheres que compomos as organizações da Coordenação Anarquista Brasileira, nos compreendemos como parte de uma longa tradição de mulheres anarquistas que radicalmente denunciaram e combateram as opressões de gênero; também, por isso, a exploração do trabalho ganha uma especificidade para nós. Estamos inseridas na tradição das muitas e muitas mulheres anarquistas que, embora apagadas pela história dos de cima, bateram de frente com as violências que sofremos por sermos mulheres; mulheres que pautaram novas formas de amar e problematizaram o modelo de família burguesa que é base do sistema; mulheres que reagiram às violências machistas, muitas vezes, vindas dos próprios companheiros; mulheres que foram autodidatas, que promoveram alfabetização e pensaram uma educação libertadora, que atuaram na imprensa criando e escrevendo em periódicos libertários; mulheres que ergueram-se em armas! Essas mulheres

destemidas e insubmissas lutaram contra um sistema opressor por uma vida digna e livre e semearam pelo mundo todo sementes libertárias. São muitas as lutadoras anônimas apagadas na história dos homens. São muitas as que nos precederam, muitas as que não estão. Carregamos em nós seu legado.

Essa história não começou conosco e tampouco termina amanhã. São muitas as violências e há muito o que fazer.

Como anarquistas, acreditamos que a luta antipatriarcal e o feminismo, assim como a luta antirracista e anticolonial, são estratégias fundamentais para destruir esse sistema. Entendemos que as relações de poder se estruturam de formas específicas e é preciso compreendê-las se queremos destruir o sistema de opressão em seu conjunto. Acreditamos na construção de uma militância que tenha participação ativa nas organizações populares; que desenvolva atuação por meio da ação direta e da

democracia direta. Nesse sentido, **defendemos um feminismo classista e de base. Nosso feminismo é luta social e coletiva.** Não acreditamos numa especialização da luta feminista, mas sim que o feminismo deve atravessar o conjunto das nossas organizações; que as formulações e metodologias feministas podem apontar não para a liberdade individual, mas sim para a conquista da liberdade de cada território e de cada corpo oprimido.

Eis nossa concepção.

QUAIS SÃO AS NOSSAS LINHAS NORTEADORAS?

Historicamente, o anarquismo combateu as diversas opressões sofridas contra as/os de baixo; por isso, compreendeu que as/os oprimidas/os estavam para além de uma categoria restrita de classe. Ao pautar a classe de modo amplo, o anarquismo apontou para a ideia de que as opressões a que estamos submetidas/os se estruturam dos mais diversos modos. Assim, o feminismo que nós anarquistas reivindicamos não poderia ter como centralidade apenas a ideia de classe, por exemplo. Tal recorte nos levaria a uma análise superficial, em que gênero e raça não teriam relevância, e, portanto, não estaríamos próximo da realidade social que vivenciamos. No fim, tal recorte também não estaria em concordância com nossa concepção de anarquismo.

É por causa de análises restritas apenas ao recorte de classe que existem, por exemplo, espaços do movimento negro onde a questão de gênero fica em segundo plano e as mulheres negras são silenciadas. Ou, por outro lado, não abordando a classe, corre-se o risco de elaborar uma análise descolada da realidade material da questão negra periférica,



por exemplo. Da mesma maneira, também existem espaços de mulheres onde não se debate a questão de classe nem a de raça, e as mulheres trabalhadoras e negras não conseguem se encontrar, muito menos se identificar com os discursos e discussões ali feitas. Ou, ainda, existem determinados espaços onde se aplica uma centralidade somente no recorte de classe, as questões de raça e gênero ficam em segundo plano, e as mulheres brancas e não-brancas não se sentem confortáveis e nem um pouco identificadas.

Entendemos que a opressão de gênero está correlacionada à questão de raça e classe, e isso é algo que muda de acordo com os contextos sociais e materiais onde os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, a ideia de "interseccionalidade" nos serve como um instrumento de análise das dominações, ajudando-nos a compreender determinadas questões. Nessa medida, compreendemos que as opressões são transversais (atravessam e são atravessadas por outras opressões), estando presentes em todos os âmbitos de

nossas vidas e na sociedade. Entretanto, não se pode partir disso e confundir esse caráter transversal com uma leitura de que as opressões seriam como algo totalmente homogêneo ou que fossem simplesmente um somatório de vários tipos de opressões. Além disso, devemos olhar para a realidade social como construtora da opressão e não como consequência. Ao mesmo tempo, não podemos apenas pensar em questões de teoria ou ideologia sem olharmos e entendermos como as coisas se dão na prática (e materialmente), para não perdermos de vista que nosso feminismo passa longe de libertação individual ou comportamento, mas é luta social e coletiva.

Portanto, **para nós da CAB, nosso feminismo só pode ser o “feminismo das de baixo”, que considere as condições de gênero, raça, classe e diversidade sexual**, entendendo que esses elementos e suas relações de poder andam juntos para estruturar as relações de dominação que nos atravessam.

Para resumir, acreditamos que o nosso feminismo como anarquistas especificistas deva ser um feminismo classista, antirracista, anticapitalista, não excludente (e trans-inclusivo) e com perspectiva revolucionária e de ruptura com o Estado.

CRÍTICA AO FEMINISMO LIBERAL EUROCÊNTRICO

Como mulheres que acreditam na luta ao lado das de baixo, nós anarquistas temos divergências e críticas ao feminismo liberal eurocêntrico. No decorrer de seu desenvolvimento, o feminismo liberal pautou as liberdades individuais, manifestando e defendendo uma visão de que “todos somos iguais”. Nessa trajetória, buscou-se igualar a mulher ao homem branco e burguês, reivindicando para ela os mesmos direitos dele. À semelhança das concepções do liberalismo, este feminismo acaba realizando recortes que ficam limitados ao nível do individualismo.

Desse modo, nossa crítica ao feminismo liberal refere-se a sua defesa da libertação individual apenas, sem a reflexão de classe. Assim, ele reproduz a lógica capitalista quando pensa na emancipação da mulher somente como reconhecimento e mobilidade social, por exemplo, dentro de uma sociedade que continua desigual. Nessa concepção, as mulheres teriam direito de estar nos mesmos postos de trabalho que os homens, mas, quando lá, a lógica de desigualdade continua a se reproduzir. Esse feminismo liberal tem se apropriado de conceitos e pautas que são históricos da luta popular e das mulheres. Apropria-se de forma distorcida de muitos conceitos para que se moldem aos preceitos liberais e neoliberais. Essa apropriação serve ao capitalismo de muitos modos. Um exemplo é o uso da própria ideia de igualdade pelo mercado, com sua propaganda em massa, que contribui para naturalizar uma suposta “igualdade” já existente, naturalizando também as lógicas do capitalismo e do Estado, que se mantêm intac-

tas. Assim, o mercado alimenta a falsa ilusão da igualdade, pregando como “empoderamento” que mulheres podem ser “bem-sucedidas em grandes empresas”, nos postos do Estado etc., conseguindo altos cargos ou de chefia, em uma lógica meritocrática. Porém, quando estão nesses postos, continuam a trabalhar para o sistema e dentro do sistema, sem questionar por que outras mulheres não “conseguiram”, sem atribuir essa desigualdade ao sistema capitalista.

Esse processo de distorção também ocorreu com o conceito de “Empoderamento”, cujas delineações se deram pelos trabalhos da pedagogia crítica, sobretudo a freireana. É importante lembrarmos que esse conceito nasceu enraizado aos movimentos populares, sendo apropriado de forma distorcida pelo feminismo liberal. Por isso, **quando falamos em Empoderamento, devemos retomá-lo em sua raiz coletiva. Somente o Empoderamento coletivo fará diferença na luta das mulheres.**

Para o feminismo liberal, basta uma “igualdade” simulada dentro do próprio sistema capitalista. Para nós, é preciso derrubar o capitalismo e o Estado. E isso é condição para a construção de uma liberdade e igualdade reais para as mulheres. Nesse sentido, observamos também que precisamos avançar para além do caráter eurocêntrico desse feminismo. Para isso, tomamos como referência a leitura do que as mulheres curdas estão construindo e de sua crítica ao caráter eurocêntrico que influenciou a construção feminista no mundo. É necessário que façamos a construção de um feminismo com os pés no chão de nossa

própria realidade, latino-americana. E isso passa por uma compreensão de nossa própria história e nossa própria construção como mulheres latinas, lançando mão de nossas experiências e nossos acúmulos, desconstruindo e construindo conceitos que partam de nossa realidade concreta.

POR UM FEMINISMO TRANS

Para nós, mulheres anarquistas especificistas, é de extrema importância avançar na concepção do feminismo que queremos construir nacionalmente. Por isso, é necessário deixarmos claro que o nosso feminismo é inclusivo de pessoas trans (homens e mulheres). Dessa forma, nós não nos identificamos com o “feminismo radical” (ou com um feminismo trans-excludente) porque, como anarquistas, defendemos o fim de todas as dominações na sociedade. Para nós, não faz sentido pensar em um feminismo que exclui pessoas oprimidas, pessoas que estão sendo violentadas e massacradas pela transfobia impregnada em nossa sociedade todos os dias. Precisamos preservar e defender a dignidade, o respeito e o direito de todas as pessoas, absolutamente todos os seres humanos. Claro, não podemos deixar de relacionar a heteronormatividade ao machismo. Esse é um fator que acaba reverberando na discussão sobre a construção da família e do trabalho. Assim, é importante considerar a questão da masculinidade como uma discussão de gênero também, uma vez que somos todos e todas afetadas por ela e pela maneira que as pessoas a enxergam.

RECUSA A UM FEMINISMO EXCLUSIVO DE MULHERES

Acreditamos também que espaços exclusivos são importantes para fortalecer as pessoas de um certo grupo social e que devemos entender e respeitar as necessidades deste. Portanto, não vemos problemas em ter espaços exclusivos (inclusive, entendemos sua força, importância e necessidade) quando surgirem as demandas nos espaços que construímos, mas entendemos que o movimento não deve se dar somente dessa forma. Dessa forma, acreditamos que também precisamos ter espaços mistos, pois a questão de gênero é algo que atravessa a realidade de homens e mulheres, e não somente das mulheres. Os homens também sentem várias pressões da sociedade para performarem suas masculinidades do jeito que o senso comum já determinou para eles há centenas de

anos. Por isso, compreendemos a importância de também possuírem seus espaços de formações, discussões e debates exclusivos para poderem pensar novas formas de atuar nos níveis político e social; revendo as atitudes e vícios que o machismo estrutural da sociedade os fazem reproduzir diariamente, seja em suas vidas pessoais, profissionais ou política. Também precisamos compreender que a inclusão de pessoas homens cis é diferente da inclusão de pessoas trans. Entendemos então que uma mulher trans, por exemplo, deve se inserir em um espaço exclusivo de mulheres e que um homem trans deve se inserir em um espaço de homens e ambos devem ser aceitos nos ditos espaços.

DEFESA DA AMPLIAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DA LUTA POPULAR E AÇÃO DIRETA

Avaliando que a luta das mulheres, muitas vezes, precisa passar pela conquista de pautas muito básicas ainda e que seriam de responsabilidade do Estado, refletimos que não devemos abandonar essas pautas, uma vez que não podemos esperar a revolução para tão somente conquistarmos direitos básicos. Ou seja, não podemos trabalhar somente com programa máximo. A revolução social será construída nos processos de luta e de poder popular cotidianos, e também nos avanços e conquistas de mais políticas e direitos, assim como a manutenção dos mesmos.

A mulher é a primeira a ser desassistida, é a primeira a ser demitida numa crise, é

a que sofre mais com o aumento do valor do alimento e do custo de vida. Sobre a maternidade, os próprios espaços de replicação de maternidade acabam sendo apropriados pelo Estado (Pré-natal, creches, etc.). Estamos nos colocando na luta por essas pautas básicas dentro dos limites do Estado porque deve ser exigido dele assegurar tais direitos e, caso o Estado não os proporcione, devemos arrancar dele, com nossas mãos e nossa luta. É assim que defendemos a luta por moradia, creches, parto humanizado e melhor assistência nos hospitais, educação e saúde, que atingem diretamente a vida das mulheres do povo.

Temos ciência de que estamos reivindi-

cando do Estado, embora almejamos seu fim. Por outro lado, nosso posicionamento se faz em uma relação de confronto e não de pedido ao Estado. Confrontamos o Estado para que ele propicie hoje o que é de urgência para a vida das mulheres de baixo. Nesse sentido, optamos por utilizar o termo “políticas públicas” em vez de reformas. O que exigimos no confronto com o Estado é a viabilização de políticas públicas que façam diferença para as mulheres. E é sempre uma reivindicação de direitos que venham através da luta e da organização popular. Ao lado disso, acreditamos e buscamos semear experiências autônomas de mulheres dentro de suas comunidades. Enquanto o Estado não garante políticas que possam propiciar o mínimo, devemos construir, apoiar, defender, junto às comunidades, experiências autogestórias e autônomas que objetivem a organização de saídas coletivas para a vida das mulheres. Por isso, devemos construir e nos solidarizar com experiências de auto-organização coletiva de cuidados com as crianças, possibilidades de construção de “cooperativas” ou trabalhos cooperativados, que sejam saídas para a manutenção de mulheres das comunidades. Essas experiências são processos que contribuem na construção do poder popular, da autogestão, autonomia e empoderamento das mulheres de baixo e trabalhadoras. Princípios que defendemos; e, por isso, são também nossas tarefas e responsabilidade.

Assim, nos colocamos ao lado das mulheres de baixo nessa luta que passa por direitos básicos, mas que deve chegar até as transformações revolucionárias. Nessa construção, **defendemos a luta popular e a ação direta na conquista de direitos e avanço para o poder**

popular, bem como defendemos a estratégia de Autodefesa não só no sentido corporal, como também uma postura coletiva, sendo pensada, elaborada e trabalhada em conjunto com nossos companheiros e companheiras. Nesse processo, vamos construindo cotidianamente, na luta, a ruptura com o Estado, capitalismo e patriarcado, e o avanço para a construção de auto-organização e autonomia.

Armadas com esses princípios amplos e construindo um feminismo a partir da relação entre prática e teoria, nos colocamos nas fileiras de lutas das mulheres, como anarquistas e feministas! Que o feminismo seja uma realidade para as mulheres de baixo e que a luta das mulheres cresça e se propague com combatividade, apoio mútuo e sororidade por todos os cantos do mundo!

**Pelo Poder Popular!
Por uma vida digna,
livre e insubmissa!
Arriba las que luchan!**

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/04/21/nossa-concepcao-de-feminismo-na-perspectiva-do-anarquismo-organizado/>



PELAS NOSSAS MONAS, MANAS, MINAS E MANOS por uma revolução diária contra a LGBTQIAfobia

O dia 17 de Maio de 1990 marca um acontecimento histórico no campo institucional no que se refere ao tratamentos das pessoas gays e lésbicas especialmente: a OMS nesse ano, retira a homossexualidade da lista de distúrbios mentais, marcando assim o fim de um século que aperfeiçoou todas as formas possíveis de patologizar e padronizar a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e Assexuais, bem como outras identidades políticas que neste espaço histórico também ganham proporções orgânicas maiores, em termos de ações coletivas e relações internacionais.

Mas, **o que esta data nos propõe em seu sentido mais profundo?** É sabido que, dentro da sociabilidade institucional e capitalista que sobrevivemos, as marcas que o patriarcado e paternalismo insistem em sustentar, são acionadas através de uma articulação falocrática, misógina e machista. O heteroterrorismo surge como uma manobra conden-

sada na produção de um polo que afina as normas do que é ser homem e mulher, na defesa de um status quo de privilégios e falsa lógica de moral e "bem-estar" social. Para isso, **a expulsão, marginalização e assassinatos de todas as formas de expressão do ser que não estejam sob o magnetismo desse polo se faz necessária para estas permanências, para este conservadorismo.**

Com isso, a população LGBTQIA é expulsa de toda a convivência e acessos cotidianos quando suas expressões são vistas e sentidas pela desumanidade. As casas recusam, os espaços religiosos fecham os olhos ou padronizam, a vizinhança rechaça, a escola negligencia e oculta e o ciclo de desvalorização e ânsia social vai fechando o cerco. E, quando falamos de acessos e possibilidades de vida, falamos de uma vida digna, uma vida que em sua existência, não pense apenas em qual será o próximo tiro, facada, paulada, lampadada ou cuspada que vai receber em seus sonhos, em sua dignidade.

Portanto, **é impossível apresentar estes elementos dissociados de uma luta classista, antirracista e das periferias do mundo.** São elementos encarnados, que, se acentuam com as disposições históricas de classe e raça. Infelizmente, para dialogar com esta afirmativa, basta a gente olhar para as órbitas e guetos sociais que veremos ainda as pistas abarrotadas de pessoas trans, jovens afeminados, travestis que em sua circulação na luta por vida digna, foram aleijadas



17 de MAIO

**Dia internacional de
combate a LGBTQIAfobia**



Nós, mulheres, suportamos a crise social e econômica global que se desencadeou com o surgimento do novo coronavírus e sua evolução para uma pandemia e, pra além disso, também sofremos da violência machista. Isso não é uma novidade dentro do sistema de dominação patriarcal no qual vivemos, mas tem tomado novas formas no contexto atual. A pandemia do COVID-19 nos relegou cada vez mais à "esfera doméstica" e nos subordinou mais e mais à figura masculina. A violência machista tem crescido com o mundo sob confinamento. Longe de nossas famílias e pessoas amigas, nós, mulheres sobreviventes de assediadores, que muitas vezes são nossos pares, estamos presas em uma situação infernal. As iniciativas impostas por diversos governos ao redor do mundo, com intuito de parar a violência doméstica, têm sido ineficazes, e o problema, longe de diminuir, tem aumentado! O confinamento impede mulheres vítimas de abuso doméstico de sair de suas casas e conseguir ajudar externa, principalmente porque elas não podem fazer chamadas dividindo o mesmo espaço que os seus abusadores. O aumento dos feminicídios

durante o confinamento tem sido uma realidade tanto na América Latina como em outros lugares. Os assédios nas ruas, por outro lado, não diminuíram! Apesar das ruas estarem vazias, o confinamento obrigatório não limitou ou impediu que assédios sexuais e machistas acontecessem em público e lugares abertos, muito pelo contrário. Com ou sem uma máscara de proteção, fazer compras, ir ao médico ou ir ao trabalho se tornaram atividades ideais para abusadores sexuais abordarem, ameaçarem e assediarem mulheres.

O trabalho doméstico não remunerado feito por nós mulheres diariamente também aumentou durante o confinamento obrigatório. Além de assegurarmos que nossas crianças estejam bem alimentadas e fazendo suas lições de casa, nós tivemos que trabalhar de casa, aumentando a carga emocional e mental para todas. Nos países onde medidas sociais foram adotadas para permitir que as pessoas permanecessem em suas casas, são as mulheres que ganham menos que os homens trabalhando de casa. Por isso, enquanto os homens se tornam os únicos "provedores", a distribuição das responsabilidades do trabalho de casa desapareceu completamente.

Algumas mulheres são mais afetadas que outras pela crise atual. A atual situação enfrentada por refugiadas (que são amontoadas em acomodações ou em centros para pessoas refugiadas), mulheres negras e mulheres periféricas, que são as mais expostas ao vírus, é terrível. Tendo majoritariamente empregos informais, elas não podem se manter isoladas e manter uma renda estável. Da mesma forma, elas não conseguem ter renda se assumem todas as respon-

sabilidades de casa. Além disso, a militarização do cotidiano expôs tanto nossas crianças quando nós à brutalidade policial.

O patriarcado e o capitalismo se aproveitaram do trabalho grátis ou mal pagos sob a bandeira de unidade nacional. Nós somos particularmente vulneráveis a essa crise porque nós temos trabalhos mais precarizados que os homens no setor “essencial” da economia. Por isso, muitas de nós trabalhadoras, trabalhando em mercados, as enfermeiras ou as professoras são a linha de frente, enfrentando a pandemia diretamente. Esses setores econômicos, onde somos a maioria das pessoas trabalhadoras, tipicamente possuem cargos mal remunerados. Entretanto, mulheres trabalhando nesses setores têm historicamente lutado por salários maiores, contra demissões e precarização.

Tem sido nós também, mulheres, que temos posto em prática a solidariedade e apoio mútuo através de organizações de base. Instituições do estado não responderam à crise de forma adequada, então grupos de base, majoritariamente compostos por mulheres, criaram diferentes estratégias para contornar a crise. Entre essas estratégias, há a criação de redes de distribuição de mantimentos, sopão comunitário, fabricação de máscaras, entre outros.

Para o Estado, para nossos patrões, para a polícia, para a violência machista, para os racistas, para os homofóbicos, nós dizemos: nós não desistiremos e nós sempre lutaremos para fazer nossas palavras e nossa luta, contra todas as formas de opressão, visíveis. Nós não estamos na linha de frente com os capitalistas, nós estamos na linha de frente para mudar a sociedade!

Federación Anarquista Uruguaya – FAU (Uruguai)
Federación Anarquista de Rosario – FAR (Argentina)
Vía Libre Grupo Libertario (Colômbia)
Union Communiste Libertaire (França)
Organisation Socialiste Libertaire – OSL (Suíça)
Libertaere Aktion (Suíça)
Aotearoa Workers Solidarity Movement – AWSM (Aotearoa / Nova Zelândia)
Anarchist Union of Afghanistan and Iran – AUAI (Afeganistão e Irã)
Die Plattform – Anarchakommunistische Organisation (Alemanha)
Organización Anarquista de Córdoba – OAC (Argentina)
Alternative Libertaire – AL/fdca (Itália)
Melbourne Anarchist Communist Group – MACG (Austrália)
Workers Solidarity Movement – WSM (Irlanda)
Coordenação Anarquista Brasileira – CAB (Brasil)

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/06/24/as-mulheres-e-o-isolamento-social-pelo-mundo/>





29 DE AGOSTO

DIA DA VISIBILIDADE LÉSBICA



MÊS DA VISIBILIDADE LÉSBICA LÉSBICAS ANARQUISTAS NA LUTA POR VIDA DIGA!

O mês de agosto é um mês caro para a luta LGBTQIA+ no Brasil. Data do Levante do Ferro's Bar^[1], na cidade de São Paulo, em 1981. O bar era ponto de encontro de "entendides" na cidade. No contexto da Ditadura Militar e às vésperas da epidemia da AIDS, difamada como "Peste Gay"^[2], o local era frequente alvo das forças repressoras e justiceiros da moral e bons costumes.

No ano de 1996, também em agosto, aconteceu o primeiro Seminário Lésbico Nacional (SENALE), na cidade do Rio de Janeiro. No encontro, lésbicas e bissexuais das diferentes regiões do Brasil, debateram ações e influência na cultura e na construção de políticas públicas específicas, que respeitassem seus direitos, sua dignidade, sua sexualidade e seus amores. Essas ocasiões marcantes estabeleceram, respectivamente, os dias 19, para o Orgulho Lésbico e o 29, como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, celebrando histórias de resistência, pluralidade e amor entre mulheres

contra uma sociedade misógina e patriarcal.

No entanto, aproximadamente 20 anos depois dos eventos, embora mais visíveis – e autorrepresentadas que em anos anteriores – ainda é preciso “chover no molhado” e dar vazão ao que está nas tramas; apesar do progressismo de governos anteriores, o Brasil permanece o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, com uma morte a cada 19 horas^[3]. Essas violências são categorizadas e expressam-se como “[...] abuso financeiro, econômico e violência patrimonial, discriminação, negligência, tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, trabalho escravo, tráfico de pessoas, violência institucional, violência física, violência psicológica, violência sexual e outros (como o cyberbullying)”^[4].

Recentemente, as manifestações de violência e assassinatos contra essas populações foram cartografadas por Ferreira Souza, Feliciano e Sampaio (2020), em o “Território de Morte, do Medo da Resistência LGBTQIAP+”, feito com base em dados coletados por ONGs e coletivos, que tradicionalmente realizavam a tarefa, na ausência do Estado (Grupo Gay da Bahia e Grupo Dignidade).

Os dados deste documento demonstram que as grandes capitais, como Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador são fortes territórios de resistências e garantem relativa dignidade e organização à população LGBTQIA+. Já as capitais do Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte são territórios de medo, a compartilhar com Amazonas, Ceará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Ou seja, a segurança relativa está associada aos grandes centros, mas não é

uma garantia. Tampouco da notificação nas cidades de interior. Ainda é preciso complexificar a análise e questionar a respeito da efetividade do atendimento e tratamento pelas autoridades – muitas vezes havendo mais agressões desrespeito no ato – e qual metodologia é utilizada para coleta de dados. Porém, é um esforço pioneiro e louvável de difusão.

No caso das lésbicas, ao sermos assimiladas, permanece a hierarquia perversa do sistema que elege o perfil de lésbicas brancas, magras, jovens, de classe alta, ou seja, identificadas com os signos da feminilidade ocidental. Não somos verdadeiramente respeitadas, mas toleradas e hiperssexualizadas. Enquanto as “camioneiras” sofrem agressões de “retificação”. Nossa sexualidade permanecerá promíscua enquanto discursos de ódio forem mais difundidos do que nossa expressão de gênero desviante do padrão feminino; do que o fato de amarmos verdadeiramente mulheres cis e trans e não um par opositor e complementar à masculinidade hegemônica cis, hétero e branca. **Nossas demandas por respeito permanecerão inalteradas enquanto a criminalização da LGBTQIA+ for um paliativo, e a educação das relações de gênero não for norma; enquanto as religiosidades afrodiaspóricas forem perseguidas e o fundamentalismo cristão for a mesma lei que nos castiga nos lares.**

Cada letra desta sigla, é um corpo: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, intersexuais e assexuais^[5]. Na intersecção dos corpos negrxs e dos povos originários, em um regime assumidamente genocida, é endereçada uma violência dolorosamente específica e

retificadora à norma elitista dita como universal, branca, cisgênera, heterossexual e cristã. Isso demonstra que por maior que seja a tentativa de assimilação dos modelos de cidadania do patriarcado heterossexual: pelo casamento, adoção e construção de uma família mononuclear (ainda que seja o desejo de muitas tê-los); de incorporação pelo sistema capitalista, como consumidoras; pelo reforço de um padrão branco de raça e classe; a governabilidade no Brasil continua sendo incompatível com a dignidade e a vida de LGBTQIA+. Apesar de iniciativas tímidas, o projeto político institucional nacional é consciente e ampara a violência dos crimes via Estado, fazendo da luta institucional apenas demandas carentes de atenção e recursos, algumas conquistas democráticas com finalidade de controle – como, por exemplo, o reconhecimento do nome social para pessoas trans – o que por fim, demonstra a importância da auto-organização em movimentos sociais desde baixo, independentes, solidários, na luta por direitos e sobrevivência.

Todas essas situações se agravam durante as crises do sistema capitalista e consequente instabilidade no modo de vida dos opressores. A pandemia do COVID-19 não foi exceção. Com a crise econômica, muitas somos obrigadas a retornar às casas onde não somos bem-vindas e respeitadas, ou perdemos nossos lares e somos deixadas a esmo. Somos trabalhadoras, muitas vezes precarizadas subcontratadas, por conta de nossa aparência. Somos também mães e avós, que precisamos de renda para cuidar daqueles que dependem de nós. Também abortamos. Também somos vítimas da violência doméstica (é necessário que se diga) e nos bairros onde



moramos.

Mais uma vez é preciso que algumas demandas sejam repetidas, até à náusea, até que a dignidade e o respeito se tornem permanentes... ou sejam tomadas.

Contra toda violência e discriminação contra dissidências sexuais.

Contra o avanço conservador e pelo direito à existência plena de todos os corpos!!!

[1] Performance "Francha com Francha" dirigida e salvaguardada por Maria Angélica Lemos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9aqslNoUqpc>

[2] Iconografia da epidemia da AIDS no Brasil, na década de 80. Disponível em: <http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linha-dotempo.html>

[3] Estatísticas a respeito dos assassinatos de pessoas LGBTQIA+. As mulheres trans e travestis permanecem as mais vulneráveis e expostas aos crimes e ao abandono institucional. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>

[4] VENCESLAU, Igor. Medo, Assassinatos e Resistência LGBTQIA+ no Brasil. Outras Palavras Disponível em: https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/outras-cartografias-medo-assassinatos-e-resistencia-lgb-ti/?fbclid=IwAR2jHXEzTWGyShZSrtELnY_SEF80_1ZnVWOOBSGYsDrWRps5ezse_D7pgqs

[5] Para maiores detalhes ver Dossiê do Lesbocídio no Brasil (2018) e Dossiê LGTT (2017)

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/08/30/mes-da-visibilidade-lesbica-lesbicas-anarquistas-na-luta-por-vida-digna/>

O PANO RASGA: nota das mulheres da CAB sobre o caso MARI FERRER

O nosso cotidiano social é substancialmente conectado à dominação de gênero, raça e classe. O assédio sexual é fruto desse encontro, seja no espaço público, seja no privado; desde o trabalho – onde a autoridade é reafirmada por meio do assédio sexual – até a nossa casa. O corpo das mulheres é constantemente ligado à satisfação sexual e ao cuidado de necessidades básicas, como se fosse obrigação se submeter ao trabalho de dar prazer e conforto ao homem cis branco. O dever moral do papel sexual de gênero se instaura de tal forma que não somos vistas apenas como quem deve ser um objeto de prazer, mas numa convenção de que somos um objeto de prazer. Por isso, não é nada incomum uma amiga relatar à outra os assédios e abusos sexuais que já sofreu, seja na infância, seja no cotidiano da vida adulta. Nossa ferramenta para seguir sempre foi o silêncio, a constante negação e naturalização.

Nas tentativas de romper com o silêncio por meios judiciais – até mesmo antes de chegar as vias de fato –, somos sistematicamente questionadas ou ignoradas. Como se merecêssemos o lugar que nos foi designado. Quer dizer, a “lei natural” é de que a mulher serve às vontades do homem cis branco, pois, se algum deles quiser submetê-la a ele sexualmente, ela merece esse lugar ou está nele, no caso de mulheres não brancas. Então, quando as vítimas expõem seus casos de abuso, geralmente são postas sob interrogatórios que questionam mais o papel delas durante a violação que ela sofreu do que o papel do violador que a violentou.

Esse tipo de situação é o que geralmente faz com que diversas mulheres que já foram violentadas se calem e se rendam ao silêncio, já que reconhecem que seu lugar, comportamento e aparência serão questionados. Conseguir levar adiante a denúncia perpassa pela noção informal de justiça, envolta pela noção de branqueamento da sociedade brasileira, em que apenas os homens negros são jogados aos tribunais; aquela que questiona nossa sanidade e capacidade de entendimento dos fatos; aquela que nos violenta mais uma vez antes de nos colocar frente a um juiz.

Para uma classe dominante – no âmbito econômico, político e social – se manter na posição de poder em que ela está, na correlação de forças da nossa sociedade colonizadora, é necessário que justifique seus atos e pensamentos através de uma imagem construída da lei, do que é ético, justo e sob o direito – conceitos utilizados conforme seus interesses. Então, na justiça

“O corpo das mulheres é constantemente ligado à satisfação sexual e ao cuidado de necessidades básicas, como se fosse obrigação se submeter ao trabalho de dar prazer e conforto ao homem cis branco.”

estatal, o que prevalece enquanto “justo” está diretamente conectado à minoria que detém o “direito” de dominação, utilizando essa instituição para fundamentar socialmente os deveres que ela denomina aos dominados. Podemos dizer, nesse sentido, que qualquer denúncia que seja um ataque aos de cima, que compõem essa elite política e econômica, será questionada, absolvida e negada. E por que não assumir que esses problemas possam ter a mesma origem, que é a dominação?! Em uma sociedade em que as relações são baseadas na

priedade privada, por exemplo, seja pela noção de objeto privado, no caso de mulheres negras, seja pela família, no caso de mulheres brancas. É a devastação de um território para privá-lo, matando tudo aquilo que abala a sua estrutura de superioridade racial e de gênero. Mulheres trans, lésbicas. Vítimas da colonização dos corpos e mortas pelo perigo que representam/representamos.

No Brasil, por meio da divulgação midiática do caso Mari Ferrer, podemos perceber e identificar como essas relações de poder racial, econômico e de gênero se



dominação, constroem-se papéis de performance (como se deve agir), noções éticas e de justiça, baseados nas vontades da classe dominante e na repressão da reação contra esse regime. Aqui, cabe dizer que o estupro é uma variedade de violência ligada ao gênero e raça, uma ferramenta política de superioridade. Em situações de guerra, por exemplo, o estupro é utilizado como ferramenta de terrorismo e dominação.

Nesse sentido, é importante entender que o corpo também é um território, passível de ser explorado e colonizado. Assunto que perpassa o debate de pro-

unem, desaguando na justiça estatal. O Estado cumpriu o papel de assegurar os direitos do assediador branco de classe alta e não os da vítima – também branca, de classe privilegiada e que assim pôde recorrer a policiais e juízes – como se houvesse uma justificativa para a violação cometida. A linha argumentativa do advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, que fez a defesa de André de Camargo Aranha, foi justamente a de culpabilizar a vítima pelo abuso que sofreu, ou seja, de jogá-la no lugar para onde a dominação de fato se direciona. É importante entender a diferença entre “sentir-se

injustiçada” e ter a injustiça como cotidiana, naturalizando-a.

A pauta que está levando as mulheres para manifestarem-se nesse fim de semana é justa porque é um ataque a todas nós e queremos enfatizar aqui que a questão do estupro no Brasil não é uma questão que possa ser individualizada ou recortada do debate de dominação racial, de gênero ou de classe. Estes homens são imunes a justiça que conhecemos porque foram eles que a criaram. **Quando estivermos nas ruas, estaremos na defesa do direito às mulheres através de um viés anar-**

quista, que não deve se contentar com o recorte neoliberal, constantemente assumido pelo feminismo branco. Devemos nos posicionar criticamente em relação ao papel do Estado nesse processo e questionar os assédios e estupros sofridos cotidianamente pelas mulheres da camada popular, naturalizados e absolvidos pela justiça burguesa.

Uma vida digna para as mulheres se dá junto ao povo oprimido, pela construção coletiva da luta em nosso território. Lutando pela emancipação e subvertendo as estruturas.

Nossa força move o mundo!

Para acesso à publicação em nosso site:

<http://cabanarquista.org/2020/11/08/o-pano-rasga-nota-das-mulheres-da-cab-sobre-o-caso-mari-ferrer/>

ANTIRRACISMO



DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SEGUE O TERRORISMO DE ESTADO NAS FAVELAS

Em meio à brutal pandemia do novo coronavírus que aflige o Brasil, as favelas e periferias brasileiras sofrem o ataque de outro vírus: o do terrorismo de Estado brasileiro. No Rio de Janeiro, há mais de 760 favelas, local de residência de muitos trabalhadores e trabalhadoras e, em grande parte, lugares de maioria Preta.

O racismo estrutural brasileiro, marcado pela chaga da escravidão, formou o Estado brasileiro, não apenas como um órgão de manutenção do sistema de exploração de trabalhadores, mas também como uma instituição de colonialismo interno, de controle das “classes perigosas”. A burguesia brasileira é periférica e dependente, mas se estruturou internamente, em suas instâncias de dominação e violência de classe, como grupos sociais que precisam manter o racismo estrutural funcionando. É por essa lógica política, herdada da nossa história de violência e racismo, que as classes dominantes brasileiras seguem com o funcionamento e manutenção do racismo estrutural brasileiro e sua face mais bárbara: o genocídio do povo Preto e periférica. Tais formas de violência independem do governo, pois são uma política de Estado. Não houve nenhum governo deste país, seja da centro-esquerda petista ou da extrema-direita bolsonarista, que tenha paralisado este processo. Mesmo se quisessem, não podem fazê-lo, pois fazê-lo, seria construir uma opção radical de confronto com as forças dessa ordem burguesa. E nisto, nem o reformismo parlamentar de esquerda, nem o bolsonarismo de direita podem (ou querem) fazer.

Os territórios de maioria Preta são assim, assolados constantemente pela ação violenta e de extermínio das polícias militares, federais e civis, fortalecendo a supremacia branca, a opressão de classe e o racismo.

Somente durante a pandemia, tivemos pelo menos uma chacina realizada pela Polícia Militar e Polícia Civil no Complexo do Alemão que deixou 13 mortos em apenas um dia de operação, o assassinato de Iago César em Acaari, o assassinato de João Victor na Cidade de Deus durante um tiroteio que interrompeu uma ação de solidariedade de entrega de cestas básicas, o assassinato de Rodrigo Cerqueira no Morro da Providência e o assassinato de João Pedro, de 14 anos, morto no Complexo do Salgueiro em São Gonçalo em uma operação conjunta da Polícia Federal. João Pedro foi a quarta criança assassinada em tiroteios com participação da polícia no decorrer de 1 ano. Ele se junta à Ágatha Félix (Complexo do Alemão), de 8 anos, Kauê Ribeiro dos Santos (Chapadão), de 12 anos, Kauan Rosário (Bangu), de 11 anos. Diferentes nomes, mas um denominador comum: todas crianças Pretas.

João Pedro estava em casa com amigos e primos quando a polícia invadiu a casa atirando durante uma operação. Foram contadas 72 marcas de tiros nas paredes do local onde João Pedro estava. Ou seja, mesmo durante a pandemia, nem dentro de casa o povo Preto está seguro, pois a polícia pode invadir e matar a qualquer momento. É difícil imaginar a polícia entrando atirando numa casa

em Copacabana, seja na situação que for. Isso só acontece em localidades de maioria Preta, onde a polícia tem carta branca pra matar.

O genocídio do povo Preto é cruel: quando não está matando a balas a juventude Preta, está matando nas filas de pedido de auxílio emergencial, está matando nos caixas de supermercados, está matando no transporte público lotado, está matando na fila do SUS. Com os brancos ocupando a maior parte dos cargos de trabalho com possibilidade de *home office*, o povo Preto está diariamente na rua se arriscando pra entregar a comida dos brancos. E mesmo quando há possibilidade de ficar em casa, a polícia pode entrar atirando.

As favelas do Rio de Janeiro somam mais mortes por covid-19 do que 15 estados do país^[1]. Foram 174 óbitos registrados em 13 comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Os 15 estados com menor número de óbitos, somam juntos, 170 mortes. Sabemos no entanto, que esses casos estão subnotificados e os números podem ser ainda maiores. A falta de saneamento básico (água, esgoto), estrutura e apoio material do Estado brasileiro, faz parte desse projeto de violência racista e de classe, que naturaliza e aprofunda a desigualdade social. Esse necroprojeto

burguês, branco e racista, fica ilustrado cada vez mais na conjuntura, com a manutenção das operações policiais.

Enquanto os moradores de favela se auto-organizam para tentar dar conta de suas necessidades, o governo genocida de Witzel reclama e mente, dizendo que não há dinheiro para a saúde, as operações policiais seguem como uma marcha fúnebre, assassinando Pretos, pobres e jovens, mesmo durante a pandemia de coronavírus.

Que as classes oprimidas e o povo não esqueçam da ação de barbárie cometida pelo governo federal e estadual contra os mais pobres, Pretos e moradores de favela. Apenas a organização, fortalecimento e radicalização dos movimentos populares, contra o capitalismo, pelo fim das polícias e operações militares nas favelas, contra o Estado e o racismo estrutural brasileiro, podem interromper o genocídio brutal, orquestrado pelas elites políticas e racistas brasileiras.

**Contra o genocídio do povo Preto,
NENHUM PASSO ATRÁS!**

[1] https://www.todapalavra.info/post/favelas-do-rio-têm-mais-mortes-por-covid-que-15-estados?fbclid=IwAR06OXd-ikvOfI2fmP7jvr0DN7teqQwIY7_rxMo-4rEntdhjhHtpXZtMKpHs



Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/05/22/durante-a-pandemia-do-coronavirus-segue-o-terrorismo-de-estado-nas-favelas/>

20 DE JUNHO

7 ANOS DA PRISÃO DE RAFAEL BRAGA



Há 7 anos, no dia 20 de junho de 2013, Rafael Braga Vieira era detido nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, durante a dispersão de um dos grandes atos das mobilizações contra o aumento das passagens. Rafael se encontrava em situação de rua na época, trabalhando como catador de material reciclável, e por vezes não voltava pra casa por falta de dinheiro pra passagem. Ele carregava consigo duas garrafas de plástico, uma com desinfetante e outra com Pinho Sol, mas foi acusado de portar material explosivo, que seriam coquetéis molotov.

Rafael foi julgado e condenado em tempo recorde, servindo como bode expiatório para as manifestações que aconteciam à época. **Por ser Preto e pobre, Rafael foi alvo fácil pro judiciário racista.** É importante ressaltar que Rafael foi condenado durante o governo Dilma, do Partido dos Trabalhadores, que não mexeu um palmo para ajudá-lo.

Para saber mais detalhes do caso do Rafael Braga, acesse o site da Campanha:

<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com/about>.

Rafael Braga é hoje o símbolo da seletividade penal e do racismo do judiciário

no Brasil e seu caso se tornou conhecido internacionalmente com a ajuda da **Campanha pela Liberdade de Rafael Braga**, agrupamento que se formou no final de 2013. Entre mobilizações nacionais, internacionais e locais, a Campanha conseguiu levar o caso do Rafael a milhares de pessoas. A amplitude que o caso tomou e a pressão popular fizeram com que o Rafael conseguisse cumprir a pena em prisão domiciliar pra tratar da tuberculose, adquirida nas péssimas condições do cárcere. Além disso, a mobilização coletiva também conseguiu dar uma casa nova para a sua família e ajudá-los com doações recebidos por todo o país.

Consideramos essencial não deixarmos o caso do Rafael Braga cair no esquecimento. Rafael colhe as consequências de 2013 no corpo e na mente até hoje e seu sofrimento não pode ser esquecido. O genocídio do povo Negro é construído sob diversos pilares e o projeto de Estado de encarceramento em massa é um deles. É preciso nos organizarmos nos bairros, favelas, locais de trabalho e estudo para lutarmos contra o terrorismo do Estado brasileiro.

[...]

Contra o genocídio do Povo Negro!
Contra o encarceramento em massa!

Libertem Rafael Braga!

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/06/20/20-de-junho-7-anos-da-prisao-de-rafael-braga/>

LUTAR CONTRA O RACISMO & POR VIDA DIGNA

Maria Eduarda, Amarildo, Claudia, Miguel, João Pedro.... a lista de pretos e pretas que tiveram suas vidas levadas pela ação do Estado Policial de Ajuste é mais longa do que poderíamos colocar neste texto.

Somos constantemente perseguidos e assassinados nas cidades de todo o país. Os povos originários vivem o mesmo drama, sendo caçados pelos jagunços do capitalismo, desmatadores, destruidores do meio ambiente e barões do agronegócio.

Desde que as terras foram tomadas dos povos originários e os africanos sequestrados e colocados em trabalho forçado dando origem ao capitalismo colonial, temos sido empurrados para a margem de um sistema de superexploração e morte. **As heranças malditas da colonização e da escravidão atravessaram todos os governos brasileiros desde sua formação**, e ainda recaem sobre os povos racializados numa lógica de manutenção da miséria, através do de-

semprego, da falta de condições de moradia, do analfabetismo, da fome, das negações de qualquer forma digna de vida e, em última análise, do genocídio propriamente dito.

Diante do aprofundamento da crise do capitalismo provocada pelo novo coronavírus, o que vemos são as quebradas, as palafitas, as comunidades indígenas, as favelas e as periferias sendo as regiões mais afetadas justamente pela negação do direito à saúde: não há estrutura nos hospitais para atendimento adequado ou socorro (leitos, respiradores, ambulâncias), nem os direitos dos profissionais da saúde são respeitados e garantidos.

Em meio a pandemia o genocídio dos nossos povos se intensificou, atuando não só através da bala disparada pela força armada do Estado como também através do negacionismo e irresponsabilidade dos governos no que se refere ao combate à pandemia e à garantia das condições de vida para as populações vulneráveis: Bolsonaro, Witzel, Dória,



"[...] entendemos que não há alternativa que não seja a historicamente elaborada por nosso povo desde a construção dos quilombos: nos organizar para a luta direta e para o inevitável conflito."

Rui Costa, Ratinho Jr. e quaisquer outros governantes fingem estar em lados opostos da farsa eleitoral, mas a verdade é que estão todos de mãos dadas quando o assunto é nos tirar direitos, nos atacar e nos deixar a própria sorte com risco de morrer ao ir trabalhar já que, sem direito a quarentena, nos impedem de ter acesso ao isolamento social.

Diante desse quadro, nós do GT étnico-racial da CAB, entendemos que não há alternativa que não seja a historicamente elaborada por nosso povo desde a construção dos quilombos: *nos organizar para a luta direta e para o inevitável conflito*. Devemos enfrentar o racismo e o protofascismo, combater, com decisão, os movimentos de extrema-direita que vem querendo ganhar espaço; e garantir, através de nossa força, o direito ao isolamento social remunerado, à saúde e à vida digna e plena.

É hora de ocuparmos as ruas para dizer que não aceitaremos a morte, nem pelo

genocídio armado, nem pela doença, nem pela fome: **exigimos vida digna!**

Aos nossos mortos nem um minuto de silêncio, mas toda uma vida de lutas!

Povo preto unido pela libertação de todos os povos!

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/07/03/lutar-contra-o-racismo-e-por-vida-digna/>



OS POVOS SE LEVANTAM CONTRA O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO

O assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, pelas mãos da polícia, desencadeou uma onda de indignação popular no país e no mundo. Manifestações massivas, ações diretas contra a polícia em resposta à repressão têm sido comuns nessas semanas. Esse assassinato, que se soma a outros tantos milhares, revive os amplos protestos de 2014 nos Estados Unidos a raiz de numerosos assassinatos da população negra, especialmente jovem.

Esse fato deixou em evidência o profundo racismo que existe nas sociedades atuais. Na Europa, milhares de imigrantes reivindicam seus direitos de serem tratados/as no mesmo pé de igualdade que a população branca. Também se exige o direito de acolhimento para milhares de pessoas que diariamente tentam cruzar seja o Mediterrâneo, seja da

Turquia até a Europa. Tentativa na qual muitos morrem e tantos outros são duramente reprimidos ou alojados em campos de refugiados que, crescentemente, assumem a forma de cárceres.

Esse fenômeno evidencia o papel histórico do racismo na construção da sociedade capitalista. O desdobramento do capitalismo – muito antes da Revolução Industrial – contou com um elemento central: saques e genocídio de continentes e populações inteiras, assim como a apropriação de territórios, recursos e corpos por parte dos Estados europeus e sua burguesia; tudo isso para realizar a acumulação de capital logo investida em



desenvolvimento da indústria e maquinaria no século XVIII. Foi essa estratégia colonial de saques de recursos em toda América, acompanhada da escravidão e tráfico de seres humanos na América do Sul e em África que permitiu a consolidação do capitalismo.

Logo, em outra etapa de desenvolvimento do sistema, já no século XIX, se desenvolve a expansão imperialista ou colonial europeia sobre África, Ásia e Oceania, com um incontável saldo de mortos, violações, saques, repetindo a conquista realizada séculos antes na América e agora no resto do planeta. Se expande, assim, o capitalismo ao resto

do mundo e converte-se em um sistema mundial. **É inerente ao capitalismo o saque, a destruição e o genocídio: está em seu DNA.** Ocorre com o racismo o mesmo que o patriarcado: o capitalismo se constrói na exploração dos corpos, transformando-os em territórios e elementos que permitem seu funcionamento e reprodução.

O racismo é um elemento estrutural do sistema capitalista. Pois para poder espoliar o resto do planeta – incluindo dentro dos países desenvolvidos –, o sistema e as classes dominantes necessitam estabelecer a quem se impõe a dominação e o saque. Os “conquistadores” europeus e os senhores coloniais encontraram a legitimação desta decisão rapidamente nas pseudocientíficas “teorias da raça”, que reivindicavam a existência de diferentes “raças humanas” e as ordenavam em hierarquias, cujo topo supostamente estava sempre “a raça branca”, ou seja, os próprios europeus.

Assim, o racismo destinava e destina lugares subalternos a grande parte da população, incluindo continentes inteiros. Como é visto na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O sistema capitalista, baseado na divisão das classes sociais, também organizou-as, em boa medida, a partir da discriminação racial ou por cor de pele. Separado do racismo há outros fatores que desempenham um papel, alguns dos quais estão entrelaçados e são mutuamente dependentes, como a construção do Estado-nação, que divide os oprimidos e oprimidas e desvaloriza todos aqueles/as que não pertencem ao coletivo nacional. **O Estado-nação constitui assim um dos fundamentos da normalidade racista e capitalista.**

Na Europa e América, a maioria das pessoas não-brancas são pobres e herdaram todo o legado da história colonial que mencionávamos. Estas sempre encontraram os empregos pior remunerados, sem seguridade social nem benefícios, acesso precário à saúde/moradia e constantemente sujeitos ao assédio e violência policial como se demonstra nos EUA, Europa e também nas favelas do Brasil, com um verdadeiro processo de matança organizada contra a população negra e jovem.

Ou seja, **o racismo não é nem uma derivação da estrutura econômica da sociedade capitalista nem um problema secundário. Ao contrário, devemos dizer que foi sob o racismo e sob a discriminação racial que instalou-se o sistema capitalista** – que não é exclusivamente econômico. É um sistema global, onde se opera o ideológico-político de forma relevante, os aspectos jurídicos e os que se servem do capital para sua expansão, os aspectos repressivos, comunicacionais, etc.

Com base no discurso racista, o sistema capitalista e os Estados mantêm zonas do planeta condenadas à fome, invasões e guerras constantes. Isso é necessário para que esse sistema genocida se mantenha; como também é necessário, de vez em quando, mostrar-se diferente e permitir, por exemplo, a chegada ao governo norte-americano de um presidente negro como Obama. Foi justamente no governo Obama que se deu o recrudescimento da violência policial contra a população negra, sendo uma clara evidência de que o racismo é estrutural ao sistema, aninhando-se em suas forças repressivas e em grupos racistas e supremacistas brancos – mesmo não somente neles em nível de sociedade –

assim como possui um claro componente de classe. A face liberal do capitalismo permitiu uma pequena minoria da população negra ascender ao poder e às classes dominantes, mas apenas para fins de renovação e fortalecimento. **“O capitalismo liberal” e “o Estado Democrático” não deixou de ser racista por colocar um presidente ou um empresário negro em uma posição de privilégio**; certamente este é qualificado para aumentar o grau de espoliação e opressão sobre as maiorias sociais em todo o planeta.

Por isso, desde o Anarquismo Politicamente Organizado falamos da necessidade da construção de uma Frente das Classes Oprimidas, que reúna todos aqueles setores oprimidos e dominados pelo sistema. Trabalhadores/as formais e precários/as, camponeses/as, população indígena, migrantes, desempregados/as e deslocados/as. Ou seja, possuem lugar na Frente todos aqueles setores que na sua vida cotidiana sofrem as consequências do sistema capitalista. Esse é o sujeito social que hoje se manifesta nas revoltas de todo o mundo e é o sujeito que há de se construir em uma perspectiva de fortalecimento organizativo do povo para os processos de ruptura, de revolução social que impulsionamos e desejamos.

O sistema capitalista não é meramente um sistema econômico, ou que se desprende exclusivamente de suas bases econômicas. Entendemos que a luta contra o racismo e a violência estatal que os sustentam é também uma luta contra as estruturas do sistema capitalista, que é um sistema de fome, morte e violência sobre as e os oprimidos do mundo, qual seja a cor de sua pele ou idioma. Justamente, contra esse Estado que não

tem sido “neutro” no desenvolvimento do sistema capitalista – senão um elemento central e organizador do mesmo -, chamamos então a favorecer e apoiar sempre a auto-organização e a luta de todas e todos os oprimidos!!

Como os poderes políticos e econômicos tratam como “outros/as” a quem não lhes juram lealdade, assumem assim o papel de “garantir” que cada conflito na esfera social fortaleça sua própria sobrevivência, por meio dos ataques racistas e discriminadores que incrementam-se na sociedade. Enquanto isso capitalismo e o Estado fortalecem sua repressão e militarização na esfera social com novos produtos químicos, balas, mobilizações civis racistas, a polícia e o exército: agora é tempo de lutar contra eles!!

VIVA A LUTA DOS POVOS CONTRA O RACISMO E TODA FORMA DE OPRESSÃO!!

PELA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR E UMA FRENTE DAS CLASSES OPRIMIDAS!!

ARRIBA LOS Y LAS QUE LUCHAN!!

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/07/12/os-povos-se-levantam-contr-o-racismo-e-a-discriminacao/>

Federación Anarquista Uruguay (Uruguai) | Embat - Organització Libertària (Catalunha) | Federación Anarquista Rosario - FAR (Argentina) Zabalaza Anarchist Communist Front - ZACF (Sudáfrica) | Anarchist Communist Group (Grã-Bretanha) | Federación Anarquista (Grécia) | Bandilang Itim (Filipinas) | Devrimci Anarşist Faaliyet – DAF (Turquia) | Melbourne Anarchist Communist Group - MACG (Austrália) | Aotearoa Workers Solidarity Movement - AWSM (Nova Zelândia) | Coordenação Anarquista Brasileira - CAB (Brasil) | Anarchist Union of Afghanistan and Iran - AUAI (Irã/Afeganistão) | Organización Anarquista de Córdoba - OAC (Argentina) | Union Communiste Libertaire (França) | Alternativa Libertaria /FDCA (Itália) | Organisation Socialiste Libertaire - OSL (Suíça) | Workers Solidarity Movement - WSM (Irlanda) | Die Plattform-Anarchakommunistische Organisation (Alemanha) | Libertaere Aktion (Suíça)

O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

VOCÊ SABE O QUE
É O GENOCÍDIO DO
POVO NEGRO?



O genocídio do povo negro é um projeto de Estado em curso no Brasil desde a escravidão, sustentado por políticas que geram, direta ou indiretamente, predominantemente a morte de pessoas negras, o que hoje é chamado de necropolítica ou política de morte.

Também fazem parte do genocídio do povo negro o apagamento sistemático de elementos de tradição negra, como

de religiões afro, da música negra e da produção intelectual por negros.

A pandemia do novo coronavírus deixou mais nítido o genocídio do povo negro como projeto. Por exemplo, a mortalidade entre pessoas negras é maior que entre brancos e o número de mortes de negros pelas mãos do Estado aumentou mesmo durante a pandemia.

O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

O **genocídio do povo negro** é um **projeto de Estado** em curso no Brasil desde a escravidão, sustentado por políticas que geram, direta ou indiretamente, predominantemente a morte de pessoas negras, o que hoje é chamado de necropolítica ou **política de morte**.

Também fazem parte do genocídio do povo negro o **apagamento sistemático** de elementos de tradição negra, como de **religiões afro**, da **música negra** e da **produção intelectual** por negros.

A **pandemia** do novo coronavírus deixou mais nítido o genocídio do povo negro como projeto. Por exemplo, a **mortalidade entre pessoas negras** é maior que entre



brancos e o número de **mortes de negros** pelas **mãos do Estado** aumentou mesmo durante a pandemia.



Já foi comprovado por alguns estudos que o coronavírus tem matado mais pessoas negras que brancas e isso ocorre por diversos motivos:

- O povo negro possui menos acesso à saúde de qualidade. Dados de 2008 (IPEA) mostram que do total de atendimentos feitos pelo SUS, 67% foram negros e 47,2% eram brancos;
- Dados de 2013 (PNS) também apontam que 78,8% das pessoas negras não possuem plano de saúde;
- Dados de 2015 (IBGE) apontam uma diferença de 16.6 pontos percentuais no acesso ao saneamento básico entre negros e brancos;
- O povo negro é a maioria em cargos de trabalho informal, além de serem minoria em cargos que possibilitem *home-office*, fazendo-o estar em maior exposição ao vírus.

O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

OS NÚMEROS DE MORTOS PELO CORONAVÍRUS ENTRE O POVO NEGRO

KONTRA O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO



O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

Já foi comprovado por alguns estudos que o coronavírus tem matado mais pessoas negras que brancas e isso ocorre por diversos motivos:

- O povo negro possui menos **acesso à saúde de qualidade**. Dados de 2008 (IPEA) mostram que do total de atendimentos feitos pelo SUS, 67% foram negros e 47,2% eram brancos;
- Dados de 2013 (PNS) também apontam que 78,8% das pessoas negras não possuem **plano de saúde**;
- Dados de 2015 (IBGE) apontam uma diferença de 16.6 pontos percentuais no acesso ao **saneamento básico** entre negros e brancos;
- O povo negro é a maioria em cargos de **trabalho informal**, além de serem minoria em cargos que possibilitem **home-office**, fazendo-o estar em **maior exposição** ao vírus.



O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

O AUMENTO DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA



tiroteio que interrompeu uma ação de solidariedade de entrega de cestas básicas;

- Assassinato de Rodrigo Cerqueira no Morro da Providência, RJ, que também interrompeu uma ação de solidariedade;

- Assassinato de João Pedro, de 14 anos, no Complexo do Salgueiro, RJ, em uma operação conjunta da Polícia Federal.

O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NA PANDEMIA

Mesmo durante a pandemia, as **ações policiais** nas favelas e periferias, **espaços de maioria negra**, não cessaram e em muitos locais aumentaram, dando continuidade ao **extermínio sistemático** da juventude negra pelas **mãos do Estado**, através da Polícia Militar e Civil. Somente na pandemia ocorreram:

- **Chacina** no **Complexo do Alemão** no RJ pela Polícia Militar e Civil, deixando 13 mortos;
- Assassinato de **João Victor** na **Cidade de Deus**, RJ, durante um tiroteio que interrompeu uma **ação de solidariedade** de entrega de cestas básicas;
- Assassinato de **Rodrigo Cerqueira** no **Morro da Providência**, RJ, que também interrompeu uma ação de solidariedade;
- Assassinato de **João Pedro**, de 14 anos, no **Complexo do Salgueiro**, RJ, em uma operação conjunta da Polícia Federal.



CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NENHUM PASSO ATRÁS



CABANARQUISTA.ORG

Para acesso à publicação em nosso site:

<https://cabanarquista.org/2020/07/30/o-genocidio-do-povo-negro-na-pandemia/>

NOTA SOBRE A LUTA ANTIRRACISTA

Estamos em território de constante exploração e violência colonial. Repetimos, estamos em território de constante exploração e violência colonial contra a população negra!

Uma multinacional, como a Carrefour, sabe muito bem usufruir da violência cotidiana vivida em países racializados, através da experiência colonial. Ela sabe, por exemplo, que aqui a mão de obra é mais barata, e que há vidas mais baratas que outras. A morte de João Alberto Silveira Freitas, homem negro brutalmente assassinado, no dia 20 de novembro de 2020, dentro do território hostil do Carrefour, é sintoma da forma como opera o racismo capitalista nessas terras de herança escravocrata. O corpo de João Alberto foi alvo de um sistema aperfeiçoado para aniquilá-lo. Tanto é, que um dos seguranças envolvido no cruel

espancamento, também é policial militar. A sórdida PM, especializada e aperfeiçoada, historicamente, para abrir guerra contra os territórios negros, contra a população negra, fornece materialmente os meios para a manutenção do genocídio do povo negro. A denúncia contra o Carrefour tem que ser a denúncia aberta contra o Estado e o Capital. Não esquecemos que a Casa Grande era onde os negócios, os lucros e a violência cotidiana estavam inseparáveis nos desejos dos senhores brancos.

A denúncia ao Carrefour é a denúncia de todas as empresas. Não há política de integração racial ou empresas antirracistas. O racismo é uma estrutura do capital, que media a desterritorialização dos povos, que contribui diretamente para estruturação do genocídio para a distribuição de mercadorias do capital, tudo

FOTO: SÉRGIO SILVA/PONTE JORNALISMO



QUE SE ACENDAM AS CHAMAS

CONTRA O CAPITAL E CONTRA O ESTADO

QUE SE ACENDAM AS CHAMAS POR VIDA DIGNA

CABANARQUISTA.ORG



isto a partir da exploração exaustiva das vidas de homens e de mulheres negras. Seja exploração da sua força de trabalho em vida, seja no extermínio!

A resposta que veio das ruas, tida por violenta aos olhos dos senhores de engenho dos nossos tempos, é consequência direta de séculos de colonialismo e racismo estrutural. É também um recado aos preocupados com vidraças, etiquetas e que cotidianamente passam pano e incitam a violência Colonial/Racista, uma resposta até mesmo a quem pretende “domesticar” o nosso povo, sequestrando a luta das ruas e tentando lhe impor a moderação dos parlamentos.

Mas, como bem disse Brecht “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o

comprimem”, e esse rio transbordou em Porto Alegre e por todo Brasil.

A violência é a nossa crítica contra o colonialismo, contra o capital, contra o racismo estrutural!

Que se acendam as chamas contra o Carrefour!

Que se acendam as chamas, como o povo do Haiti acendeu contra a colonização dos brancos!

Que se acendam as chamas, igual àquelas que queimaram os canaviais dos senhores de engenho!

Que se acendam as chamas contra o Capital e contra o Estado!

Que se acendam as chamas por Vida Digna!

Para acesso à publicação em nosso site:

<http://cabanarquista.org/2020/11/22/nota-sobre-a-luta-antirracista/>

